



O CADERNO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A EFETIVAÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS, INTERSECCIONAIS E ANTIMANICOLONIAIS

Thamires Costa Meirelles dos Santos¹

Marcelo da Silva Guimarães²

Rachel Gouveia Passos³

Joana de Medina Barbalho⁴

RESUMO: O presente artigo apresenta o percurso para a elaboração do Caderno de Práticas Antirracistas na Rede de Atenção Psicossocial, um desdobramento do *Censo Psicossocial dos usuários de saúde mental do estado do Rio de Janeiro*. Produzido em 2025, o Caderno é um material didático que apresenta possibilidades de ação antirracista e antimanicolonial à RAPS do Rio de Janeiro. Com uma pesquisa qualitativa com base na revisão bibliográfica e o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica e interventiva, buscamos neste artigo articular saberes populares e conhecimentos afro-diaspóricos ao saber-fazer do campo da Saúde Mental, em uma perspectiva antirracista e antimanicolonial. Apresentamos referências ancestrais de cuidado coletivo historicamente presentes na dinâmica da vida da população negra brasileira, em diálogo com práticas de cuidado desenvolvidas no âmbito da RAPS. Para isso, utilizamos elementos da Filosofia Bantu e as noções de “aquilombamento” e “encantamento” como fio condutor decolonial da nossa discussão, assim como a ideia de “sankofiar” a Reforma Psiquiátrica.

Palavras-chave: saúde mental; atenção psicossocial; antirracista; encantamento.

¹ Assistente social. Doutoranda em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: thamiresmrlls@gmail.com; ORCID: 0000-0002-7361-2433.

² Assistente social. Especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ). Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: marcelodsg2014@gmail.com. ORCID: 0009-0004-2752-7491

³ Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: rachel.gouveia@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2267-0200

⁴ Psicóloga. Especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ). E-mail: joanademedina@gmail.com ORCID: 0009-0001-4121-7973



THE BOOKLET OF ANTI-RACIST PRACTICES IN THE PSYCHOSOCIAL CARE NETWORK: POSSIBILITIES TO MATERIALIZE ANTI-RACIST, INTERSECTIONAL AND ANTI-ASYLUM PRACTICES

ABSTRACT: This article presents the process for developing the Booklet of Anti-Racist Practices in the Psychosocial Care Network, an offshoot of the *Censo Psicossocial dos usuários de saúde mental do estado do Rio de Janeiro*, part of the Research and Extension Project "Luta Antimanicomial e Feminismos" (UFRJ). In this article we join the popular knowledge and afro-diasporic knowledge from Brasil and the know-how of the Brazilian Mental Health field, to introduce an intersectional, anti-racist and anti-asylum perspective of mental health care. We present references of collective care historically produced by the black population in Brasil, in dialogue with care practices developed within the Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). To this end, we use elements of Bantu Philosophy and the notions of "aquilombamento" and "encantamento" as a decolonial guiding thread in our discussion, as well as the idea of "sankofa" as a call-to-action to our Psychiatric Reform. Produced in 2025, this booklet embodies the experience of creating educational material that presents possibilities for anti-racist and anti-asylum action in mental health care.

Keywords: mental health; psychosocial care; anti-racist; encantamento.

INTRODUÇÃO

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do estado do Rio de Janeiro vive um contexto de precarização que pôde ser observado em primeira mão pelos autores do presente artigo na experiência como residentes em saúde mental e, posteriormente, trabalhadores efetivados da RAPS (Passos *et al.*, 2026). Trabalhadores, usuários e familiares experimentam uma realidade permeada pela violência armada, em especial nos territórios de favela, falta de investimento na estrutura das unidades de saúde, cortes orçamentários no custeio das refeições ofertadas, dos insumos básicos para limpeza e dos materiais de apoio para realização de atividades nos serviços, equipes técnicas que não tem a quantidade mínima de trabalhadores prevista, sobrecarga



diante da crescente complexidade das demandas em saúde, ausência de reajuste salarial para os trabalhadores de acordo com a inflação, dentre outras questões. Esse contexto nos convida a refletir sobre as condições para a efetivação de nossa Reforma Psiquiátrica, que ainda está em curso. Reflexão esta que nos impulsiona para a construção do Caderno de Práticas Antirracistas na Rede de Atenção Psicossocial e que apresentaremos a seguir.

Apesar da precarização - ou, talvez, em resposta a ela - surgem na RAPS experiências de cuidado inéditas, criativas, conectadas ao território e embebidas de saberes ancestrais e antirracistas, ainda que nem sempre nomeadas desta maneira. Um exemplo disso é o “Baile Charme da Neusa” que acontece periodicamente na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro promovido pela equipe de um CAPS II da região (Anselmo, 2025). Realizado em parceria com uma instituição de cultura do território, o Baile Charme reúne usuários, trabalhadores da saúde mental e moradores num encontro marcado pela música e as coreografias. O Baile já reuniu 250 pessoas em uma de suas edições e é uma estratégia de cuidado que valoriza a cultura e a memória negra, a coletividade e o movimento do corpo. São iniciativas como essa que buscamos sistematizar e estimular com a produção do Caderno de Práticas Antirracistas na Rede de Atenção Psicossocial.

O presente artigo objetiva apresentar o processo de elaboração do Caderno, como um desdobramento da experiência na pesquisa *Censo Psicossocial dos usuários de saúde mental do estado do Rio de Janeiro* (Passos *et al.*, 2026), realizada no âmbito do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos da Escola de Serviço Social da UFRJ. O Caderno reúne de maneira didática algumas práticas antirracistas que existem na RAPS, possibilitando que sejam divulgadas



entre os trabalhadores e serviços da rede, além de suscitar a discussão sobre as hierarquias raciais e relações de poder dentro das instituições que nos impedem de debater de maneira qualificada as questões raciais que atravessam o trabalho.

Tendo em vista a importância de reiterar um movimento de disputa crítica interseccional e antirracista em torno do saber-fazer do cuidado em saúde, utilizamos metodologia qualitativa de pesquisa a partir de uma revisão bibliográfica, bem como utilizamos da interseccionalidade como ferramenta analítica e interventiva para desvelar a realidade a partir da compreensão de sistemas co-dependentes de opressão, o que auxilia no agenciamento das lutas sociais contemporâneas, no diálogo direto com movimentos negros e o feminismo negro, como também, no enfrentamento dos diversos tipos de opressão (Collins; Bilge, 2020). Levantamos como proposta analítica e clínica a centralidade dos marcadores sociais da diferença na construção do cuidado em saúde mental, assim como o reconhecimento do perfil dos usuários e dos territórios.

Para isso, no primeiro momento, resgatamos o legado das etnias africanas e dos povos tradicionais em termos de construção de saberes, práticas e tecnologias insurgentes. O quilombo como “metáfora viva da radicalização das relações na diferença” (David; Vicentin; Schucman, 2024, p. 3) é apresentado a partir das perspectivas de autores como Clóvis Moura (Soares, 2020), Beatriz Nascimento (Nascimento, 1982) e Abdias do Nascimento (2002). Tais referenciais se ampliam e expressam sua força revolucionária na categoria de amefricanidade proposta por Lélia Gonzalez (2020).

A circularidade proposta por Nêgo Bispo (Bispo dos Santos, 2019), coloca em confluência essas perspectivas, seja através da música, dos afetos, dos vínculos e



da memória do povo negro em diáspora historicamente e (re)elabora estratégias de resistência diante de contextos de destruição e morte. A retomada da língua e sua transposição para o “pretuguês” (Gonzalez, 2020) recupera esse legado e demonstra a insubmissão da população negra em diferentes períodos históricos, possibilitando sua reinvenção e afirmação de sua existência tanto nos quilombos, como nas favelas.

Num segundo momento, convidamos o campo da Saúde Mental a um diálogo com esses elementos, apresentando a experiência de elaboração do Caderno de Práticas Antirracistas, com a hipótese de que a RAPS já dispõe de recursos afro-referenciados no cuidado em Saúde Mental. Buscamos apresentar o Caderno como uma possibilidade de *encantamento* (Simas; Rufino, 2020) do cotidiano de trabalho na RAPS, apostando na força de *sankofiar* a reforma psiquiátrica (Solaterrar, 2024) e em diálogo com a Nota Técnica antirracista da RAPS (Rio de Janeiro, 2025). Tecemos a discussão a partir também de dados do Censo Psicossocial dos usuários de saúde mental do estado do Rio de Janeiro que nos oferecem um retrato dos impasses e potencialidades da RAPS atualmente. Esperamos contribuir para que no cuidado em saúde mental possamos, cada vez mais, produzir vida para enganar a morte.

“Oh gira, deixa a gira girar”: a circularidade dos saberes e resistências negras como horizonte de cuidado e da liberdade

O samba é rodando,
a capoeira é rodando,
o reggae é rodando,



a gira é rodando,
Tudo nosso é na circularidade.
(Bispo dos Santos, 2019)

O tempo presente tem exigido organização coletiva e fôlego de reinvenção por parte dos grupos e sujeitos comprometidos com a mudança social. Apesar da forma como as expressões do sofrimento psicossocial vêm se complexificando, há caminhos que já foram abertos pelos que vieram antes, perguntas que já foram respondidas pelos antepassados e tambores que ainda ressoam para nós o som da liberdade. Para tanto é preciso acionar a circularidade, o modo de continuidade presente na ideia-força de “começo, meio e começo”, apresentada pelo pensador quilombola Antonio Bispo dos Santos, também conhecido como Nêgo Bispo.

Em um contexto escravista e colonial de expropriação da força de trabalho, memória, oralidade, cosmovisão e subjetividades das pessoas escravizadas, o qual perdurou por quase 400 anos no Brasil, as insurgências e resistências dessa população foram os fios condutores para que houvesse confluências possíveis na diáspora, o que sustentou um novo modo de ser e existir (Nascimento, 2002; Gonzalez, 2020). O quilombo como território de (re)inscrição da vida e metáfora viva da liberdade, foi o maior exemplo de resistência negra e indígena que implicou um movimento mais amplo, como forma de garantir que, “mesmo dentro de um intenso sistema de exploração e opressão que tende à desumanização, se produzam saberes, vínculos, afetos, solidariedade e luta pela liberdade” (Soares, 2020, p. 57).

Na concepção de Clóvis Moura, foi somente através da rebeldia, da luta, e da reelaboração de sociedades livres, por meio da criação dos quilombos, que as pessoas



escravizadas conseguiram sua reumanização (Moura, 1993 *apud* Soares, 2020, p. 58). Já Beatriz Nascimento (1982), de modo mais abrangente, concebe a perspectiva de quilombo como “corpo-mapa”, o qual não se restringe a um espaço geográfico ou um espaço-tempo específico, mas que representa a possibilidade de reconstrução de si como parte de uma coletividade, através dos elementos e símbolos afro-diaspóricos como a memória, a música, a corporeidade, a espiritualidade, o ritmo, a dança, a oralidade.

Tais apreensões em torno da ideia de quilombo também encontram eco na proposição de “quilombismo”, apresentada por Abdias Nascimento, sobre a qual o autor identificou um amplo potencial de movimento político e filosófico de resistência negra, que aponta para a construção de uma sociedade baseada no Quilombo dos Palmares, ou seja, um projeto societário igualitário, solidário e coletivo, superando o racismo e o capitalismo (Nascimento, 2002). Não à toa, Lélia Gonzalez, aglutinou tais concepções no que chamou como “amefricanidade”, uma categoria político-cultural que expressa os modos de reinvenção, insurgências e reelaboração afro-indígena constitutivos da formação social brasileira que, por sua vez, é também um modo de subversão à colonialidade, pela qual resgata-se uma identidade que é por essência afrocentrada, ou, em outros termos, amefricana (Santos; Passos, 2025).

Na travessia pelo atlântico negro os povos africanos trouxeram consigo saberes, cosmoviões, dialetos, ritmos, ervas, sementes e conhecimentos diversos presentes na constituição das nações Iorubá (Nagô), Jeje (Fon/Ewe), Bantos (Angola e Congo), Huaças, dentre outras. Abdias Nascimento (2002), explica que uma das primeiras providências no processo de colonização das etnias africanas foi apagar sua



memória, sendo um dos grandes símbolos dessa expropriação, a língua. Para Nascimento (2002, p. 84), “com efeito, destruindo a língua Nagô e Iorubá, destruiu-se algo mais, pois se tornou quase impossível entender ou resgatar a significação completa dos textos sagrados e históricos africanos”.

A exemplo disso, o apagamento do corpo literário de Ifá advindo das línguas Iorubá pelo qual o conhecimento humano atingiu alturas culminantes, demonstra que o “esmagamento das línguas africanas com a imposição da língua portuguesa, se tentou consumir pela ruptura entre o africano e o tecido espiritual e histórico que constituía seu mundo simbólico” (ibidem). Caso o(a) negro(a) escravizado(a) perdesse a memória do tráfico transatlântico e da escravização, ele(a) se distanciaria cada vez mais de África e perderia seu ponto de partida. “E este ponto de partida é o ponto básico: quem não tem passado não tem presente e não poderá ter futuro” (Nascimento, 2002, p. 87).

A vista disso, iremos resgatar uma dessas histórias silenciadas pela imposição da língua e o apagamento da memória. Tal qual os caminhos e as rotas de fugas construídas pela diáspora negra em direção a liberdade, a oralidade, de forma milenar, permitiu a aproximação entre as Áfricas e o Brasil, construiu o fio condutor para a afirmação de identidades assoladas pela exploração e o trauma colonial, devolvendo sentidos e afirmando a força da ancestralidade. Deste modo, nos parece oportuno apresentar à essa discussão cosmovisões africanas pouco discutidas, sobretudo as que expressam a sabedoria ancestral em “gingar” diante da destruição e da morte.

No grupo étnico-linguístico Iorubá, localizados na África Ocidental, existem textos sagrados e contos ancestrais chamados de Itan, que em Iorubá significam



narrar, contar e/ou transmitir histórias que conservam espiritualidade e sabedoria ancestral passadas por gerações através da oralidade. Entre os tantos Itans da cultura Iorubá, existe um que se chama “Os ibejis enganam a morte” e narra a história de dois orixás gêmeos que viviam para se divertir como crianças e faziam isso tocando pequenos tambores mágicos que ganharam de sua mãe Iemanjá. Diz o Itan que Iku, a morte em Iorubá, colocava armadilhas em todos os caminhos e estava levando todos os humanos sem que seu tempo de morrer tivesse chegado. Houve diversas tentativas de deter Iku, mas todos foram vencidos e as pessoas continuavam morrendo antes do tempo.

Os Ibejis, ao verem essa situação, armaram um plano para deter Iku: um deles foi ao caminho das armadilhas por uma trilha e o outro seguia o irmão escondido na mata, de forma que o Ibeji que seguia a trilha tocava o tambor com bastante vontade e dedicação, a ponto de Iku ficar impressionada e não querer sua morte, avisando-o sobre a armadilha. Iku dançou sem parar, mesmo que estivesse cansada não conseguia fazer uma pausa, estava enfeitiçada pelo toque do tambor.

Quando um irmão se cansava de tocar, o outro que estava escondido assumia seu lugar, sem que Iku pudesse perceber. Desta forma, um irmão substituiu o outro e o som do tambor, irresistível a Iku, não era interrompido. Quando Iku estava esgotada, sem aguentar mais dançar, pediu para que parassem de tocar e os Ibejis propuseram um acordo: o som pararia se Iku retirasse todas as armadilhas dos caminhos das pessoas e parasse com a matança. Sem escolha, Iku aceitou o trato, os gêmeos Ibejis venceram a morte e ficaram conhecidos neste Itan como muito poderosos (Prandi, p. 549, 2020). Os ibejis enganaram a morte com música, dança e alegria, um saber valioso para a produção de cuidado em saúde.



Qual o ponto de partida e conexão que podemos estabelecer com esse Itan? Como demonstrado, a oralidade é um ponto fundante da cultura e sociabilização negra. Ela não representa a palavra inerte, descritiva ou passiva, mas a base da comunicação oral, da transmissão da história, da religião, da ciência e da tecnologia, representando em si mesma: “o movimento, e a ação” (Nascimento, 2002, p. 102). Em muitos casos, os griots ou os sacerdotes (babalaôs/babalorixás) desempenham os papéis sociais de “bibliotecas vivas, ou de armazéns peripatéticos do conhecimento” (ibid.).

No Brasil, as mulheres negras historicamente se situam em um lugar de preservação do conhecimento ancestral e transmissão do mesmo, não à toa, na figura da “mãe-preta” - mulher escravizada que servia no interior da Casa Grande para o cuidado dos filhos dos senhores, foi quem deu a “rasteira na raça dominante” através da criação do “pretuguês” - inscreve-se um ato de resistência silenciosa que africanizou a língua portuguesa, incluindo no dialeto brasileiro palavras como: dengo, cafuné, moleque, caçula, axé, samba, xodó, entre outras (Gonzalez, 2020). Além disso, o “pretuguês” representa a ressignificação da dominação colonial da língua através da criação de novos falares, ou seja, de novos movimentos e ações que apontam para a valorização e liberdade do seu povo, por exemplo, o de participação ativa na construção de uma formação sócio-cultural eminentemente negra e indígena (ibid.).

O resgate dessas literaturas, cosmovisões e experiências indicam a possibilidade de reescrever trajetórias, auxiliam na identificação do “perigo da histórica única” e favorecem que nossa esperança coletiva seja reorganizada. É preciso recuperar a circularidade dos saberes ancestrais ao reconhecer que nossos



passos vêm de longe, estabelecendo nessas perspectivas o início, a conexão e a continuidade. A possibilidade de construção de conhecimento acadêmico baseado em referenciais afrocentrados é também uma oportunidade de ampliar a formação e a prática profissional em uma perspectiva “desnorteada”, pela qual, como indicam David, Vicentin e Schucman (2023, p. 3), encontra-se um ponto de partida para a não “subordinação epistemológica do Sul ao Norte na forma de um eurocentrismo”.

Em uma perspectiva antirracista da clínica na Atenção Psicossocial, é indispensável considerar as subjetividades das pessoas negras a partir da experiência do racismo enquanto dispositivo de extermínio da população negra, bem como as formas coletivas e singulares que esses sujeitos historicamente recriam seus laços, afetos, vínculos, símbolos e memórias. A ideia-força de “aquilombar” (ibid.) é um componente indispensável para a efetivação de uma clínica radicalizada nas diferenças, que enfrente as expressões do racismo, do sexismo, da LGBTfobia e demais opressões no processo de adoecimento/sofrimento psíquico dos usuários e valorize as potencialidades dos sujeitos e dos seus territórios.

O Itan mencionado demonstra a habilidade ancestral de “enganar a morte com a própria vida”, aspecto que se reintegra a outros momentos históricos nos quais a população negra reinventou/reinventa formas de não sucumbir ao contexto de destruição e morte que a atravessa cotidianamente. Seja em África ou na diáspora, nos quilombos ou nas favelas, as estratégias de insurgência negra condensam a luta constante pela existência e pela liberdade trazendo de modo constitutivo os elementos que simbolizam a afirmação da vida, a coletividade e a dignidade humana. Tais referências não devem ser vistas como aspectos “folclorizantes”, “estereotipados” ou isentos de proposição política, mas compreendidas em seu



sentido amplo de idealização e construção de novos mundos possíveis. Se estamos em busca de um saber-fazer antirracista e antimanicomial no campo da saúde mental, é tarefa coletiva produzir formas de (re) encantar a clínica da Atenção Psicossocial.

O encantamento na experiência de elaboração do Caderno de Práticas Antirracistas na Rede de Atenção Psicossocial

Falando em estratégias de insurgência negra, afirmação da vida e construção de novos mundos, apresentaremos o processo de elaboração do Caderno de Práticas Antirracistas na Rede de Atenção Psicossocial (Passos; Campos, 2025), produzido no âmbito do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O caderno é fruto da experiência dos pesquisadores na elaboração e condução do *Censo Psicossocial dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental do Estado do Rio de Janeiro*, cujos resultados foram em parte divulgados em Seminário homônimo vinculado à campanha “21 dias de ativismo contra o racismo” e realizado no dia 19 de março de 2026 no Auditório Professor Manoel Maurício de Albuquerque no Campus da Praia Vermelha da UFRJ.

O Caderno sistematiza práticas antirracistas produzidas na RAPS do estado do Rio de Janeiro que viemos a conhecer a partir da experiência nas Oficinas de Sensibilização sobre Marcadores Sociais da Diferença que constituíram a primeira etapa da pesquisa do Censo. As Oficinas foram realizadas entre abril e julho de 2024 e contaram com a participação de cerca de 500 trabalhadores da RAPS do estado do Rio. A proposta metodológica das Oficinas parte dos princípios da educação popular e da Educação Permanente em Saúde combinados à interseccionalidade como



ferramenta analítico-interventiva para propiciar um debate ampliado e com base nas experiências cotidianas de trabalho na Atenção Psicossocial a respeito das políticas de equidade em saúde, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, por exemplo. Durante as Oficinas, portanto, conhecemos um retrato dos impasses e das potências da RAPS do estado do Rio atualmente, em especial no que tange temas como racismo, LGBTfobia e capacitismo, dentre outros.

Dos impasses, podemos destacar a sobrecarga de trabalho como uma questão encontrada em todas as regiões do estado. Considerando que estamos em uma sociedade cada vez mais produtora de sofrimento e adoecimento psicossocial, como pontua Passos (2025), a RAPS é também cada vez mais convocada a oferecer respostas. A sobrecarga acompanha a precarização do serviço público, a fragilidade de vínculos empregatícios, que produz alta rotatividade de profissionais, e a burocratização do trabalho dos CAPS, que dificulta o uso da criatividade como estratégia de cuidado. Encontramos alguns trabalhadores cansados e desesperançosos, mas também encontramos trabalhadores curiosos, ávidos pelo compartilhamento de saberes e criativos.

A saúde da população negra foi um dos principais desafios que identificamos entre os trabalhadores da RAPS do estado do Rio de Janeiro na experiência das Oficinas (Lopes *et al.*, 2025). De modo geral, há uma dificuldade em nomear a raça/cor dos usuários acompanhados nos serviços e dúvidas no processo de preenchimento do quesito raça/cor nos prontuários dos usuários. Parece haver um desconhecimento por parte dos trabalhadores a respeito do perfil racial dos usuários que acessam o serviço onde atuam. Dessa forma, a experiência nas Oficinas nos levou a concluir que a questão racial não está sendo considerada como um



importante aspecto da constituição subjetiva das pessoas atendidas na RAPS e nem na construção do cuidado junto aos territórios, conforme apontam Lopes *et al.* (2025).

Ainda assim, no debate produzido nas Oficinas viemos a conhecer uma diversidade de práticas antirracistas produzidas em todo o estado do Rio e que ressoam as especificidades de cada território. Por isso, “em tempos que o desencanto se faz permanentemente presente, seguimos apostando na insurgência da criatividade afrodiaspórica” (Passos, 2025, p. 8), e o Caderno de Práticas Antirracista na Rede de Atenção Psicossocial é fruto dessa aposta (Passos, Campos, 2025).

O funcionamento da RAPS na promoção de cuidado em saúde mental, nos permite vislumbrar o processo de adoecimento psíquico da população negra, que chega aos serviços vivenciando contextos limites, de sobrevivência, quase morte ou até a morte no sentido literal. A morte pode ser concreta, com o processo de extermínio da população negra, ou pode constituir-se como morte-em-vida, ou “desencanto”, como propõem Simas e Rufino (2020). Diante disso, como superar a hipermedicalização e as novas estratégias de manicomialização da vida? Como apostar em formas “não prescritas” de cuidado para a população assistida nos serviços? É possível enganar a morte?

Simas e Rufino (2020) pontuam que o desencantamento e a colonização dos corpos e subjetividades fazem parte da formação social do Brasil, produzindo um modo de vida adoecido que veio sendo assimilado como “normal”. Os autores argumentam que, no decorrer disso que é chamado de processo civilizatório, nós esquecemos que somos natureza, ou seja, que somos integrados a um amplo e complexo organismo. A partir disso, eles propõem que *o contrário da vida não é a*



morte, o contrário da vida é o desencanto (ibid., p. 10), a impossibilidade de viver a experiência do ser integral e integrado com a natureza.

(...) uma perspectiva contrária à diversidade produz o desencanto: perda de vitalidade, que reifica as raízes mais profundas do colonialismo. A grande peleja que se trava nesse momento veste a pele dos “homens de bem” preparados para dar o bote contra os pluralismos, reconexões e sabedorias táticas operadas nas frestas onde o encantamento irriga o ser de possibilidades de liberdade (Simas e Rufino, p. 6, 2020).

Em consonância, a Filosofia Bantu, regida pelo grupo etnolinguístico Bantu do continente africano, preconiza que o princípio da existência humana está na construção do corpo-comunitário, um corpo que a partir da memória ancestral se reinventa em comunidade, mesmo em condições extremas de sobrevivência. O desencanto, nesse caso, tem relação com o apagamento da possibilidade de estar em comunidade como forma de existir no mundo, o apagamento das pluralidades existentes na diversidade do fazer/ser comunitário e a individualização, que mortificam as possibilidades de estar em liberdade, esta que se faz no coletivo: “existência é um princípio comunitário” (Simas; Rufino, 2020, p. 14).

Em contraponto ao desencanto, os autores afirmam que utilizar de óticas referenciadas a diáspora africana para compreender o mundo e a existência humana possibilita desobedecer e transgredir a ordem vigente, agarrada às entranhas do colonialismo. Sendo assim, a exemplo da Filosofia Bantu e do aquilombamento citado anteriormente, o encantamento se dá na invenção criativa de possibilidades que proporcionem a existência coletiva, encarnada no corpo-comunitário como uma aposta do bem-viver em comunidade. Para isso, a reconexão com o passado ancestral é fundamental, em uma experimentação do mundo a partir da armação da vida por óticas não coloniais.



Para a maioria dos seres que não experimentam o mundo a partir dos alpendres da Casa Grande, das sacadas dos sobrados imperiais e das salas de reunião de edifícios de grandes corporações, cabe entender o encantamento como ato de desobediência, transgressão, invenção e reconexão: armação da vida, em suma (Simas e Rufino, p. 6, 2020).

A noção de encantamento é trabalhada por Simas e Rufino (2020) como uma gira política e poética, que perdura por diferentes tempos históricos da formação social brasileira, comunicando outros modos de existir, sendo o encantado “aquele que obteve a experiência de atravessar o tempo e se transmutar em diferentes expressões da natureza” (*ibid.*, p. 7). O Brasil, para dar certo, cobrou a vivacidade de seus seres mas, na encruzilhada das cosmovisões da travessia transatlântica com a dos povos originários, há a insistência em responder com vida, com o batuque dos tambores, com a sabedoria das matas, o segredo dos ritos e os diversos referenciais cósmicos que refletem o encantamento como promoção da vida.

Nesse sentido, as Oficinas foram uma semente de encantamento pois propiciaram encontros e trocas potentes em que circularam diversas e criativas experiências de cuidado antirracista, produzindo deslocamentos dos contornos instituídos pelo racismo que apenas apresenta dor, sofrimento e destruição (Passos, 2025). Com a produção do Caderno, a intenção é semear esse encantamento para que cada vez mais trabalhadores da RAPS se inspirem a responder com vida às narrativas universalizantes que violentam a existência negra e indígena (*ibid.*). A estratégia que tomamos para produzir esse movimento é inspirada na ideia de *sankofiar a reforma psiquiátrica brasileira* (Solaterrar, 2024).



Figura: representações de Sankofa

Sankofiar vem de Sankofa, um dos mais de 80 ideogramas que formam o Sistema de Adinkras, sistema de escrita dos povos Akan que viviam no território da atual África Ocidental (Benedito, 2023). Caracterizados por ditados ou fábulas, os Adinkras expressam conceitos filosóficos, incorporando, preservando e transmitindo aspectos históricos e sociais do povo Akan, aspectos estes presentes em diversos lugares do mundo como consequência dos processos diaspóricos (*ibid.*).

O adinkra Sankofa significa “voltar e apanhar aquilo que ficou para trás”, ou seja, aprender com o passado e construir o presente sobre suas fundações, ou ainda, voltar às suas raízes e construir sobre elas o desenvolvimento (Benedito, 2023, p. 23).

A partir disso, Benedito (2023) propõe em sua dissertação de mestrado a ação de Sankofiar, ou seja, resgatar a história, partindo do saber africano como centro, abrindo espaço para o reconhecimento, recuperação e valorização das referências africanas para a produção de conhecimento. É com essa inspiração que Solaterrar (2024) propõe sankofiar a Reforma Psiquiátrica brasileira, voltando no passado, resgatando o que ficou para seguir. Trata-se de resgatar as referências e tecnologias construídas pela diáspora negra, para que o presente seja alimentado e o futuro seja construído. Com o Caderno nos perguntamos, portanto: o que já foi produzido como prática antirracista na RAPS até então?



A arte da capa e os elementos gráficos do Caderno são colagens da produção artística de Helton Tolentine, homem negro, nordestino e usuário da RAPS. Em seus desenhos, Helton Tolentine utiliza símbolos Adinkras, inclusive o Sankofa, e a utilização desses símbolos é uma escolha que tem relação com seu processo de cuidado em saúde mental, na tessitura de um resgate ancestral junto aos agentes do cuidado do serviço que o acompanha. O convite ao artista visa fortalecer o protagonismo dos usuários nas práticas antirracistas, assim como fortalecer a Estratégia Antirracista para a Saúde, instituída pela Portaria nº 2.198, de 6 de dezembro de 2023 do Ministério da Saúde, promovendo o enfrentamento a barreiras de acesso e favorecendo a participação popular, conforme previsto no texto da referida Portaria.

David (2024), pontua que há na saúde mental psicossocial uma importante contradição, na medida em que invocamos saberes afrodiaspóricos sem, no entanto, nomeá-los como tal:

A interação com as artes e os ofícios de cuidado afrodiaspóricos ocorre dia a dia, mas raramente é nomeada, percebida, compreendida como tal. Assim, atividades de cuidado psicossociais, como danças de roda, oficinas de grafite, grupos de percussão, entre outras, são desassociadas da cultura afrodiaspórica (David, 2024, p. 4).

Nessa esteira, Passos (2025) argumenta que a Reforma Psiquiátrica no Brasil questiona a lógica manicomial mas não nomeia o racismo como parte estruturante da formação social brasileira. Esse “não-dito”, segundo a autora, silencia, apaga e homogeneiza a experiência do sofrimento de pessoas negras e invisibiliza o racismo que forja o Brasil e condena a população negra à loucura. Esses fenômenos têm relação direta ao que Bento (2022) conceitua como “pacto narcísico da branquitude”, caracterizado pela negação e pelo silenciamento da violência colonial, insuportável



de ser recordada coletivamente pelo branco, que não quer ocupar a posição de violento e opressor na história.

A partir de alguns dados que produzimos ao longo da pesquisa do Censo, podemos dar corpo a essa discussão. Os trabalhadores da RAPS do estado do Rio de Janeiro que participaram das Oficinas de Sensibilização do Censo tem, em sua maioria, vínculos empregatícios instáveis e pouco tempo de trabalho na RAPS. Além disso, a maioria dos trabalhadores participantes das Oficinas tem formação em Psicologia (Passos *et al.*, 2026).

A instabilidade de vínculos trabalhistas e o pouco tempo de trabalho no campo da Atenção Psicossocial incidem na possibilidade dos trabalhadores desenvolverem uma articulação qualificada e duradoura com pessoas, grupos e instituições de seus respectivos territórios de atuação. Além disso, tal fenômeno reverbera no adoecimento psíquico e no afastamento desses profissionais dos seus postos de trabalho. A precarização, os desmontes, a alta exigência para o cumprimento de metas e os baixos salários são expressões de como a lógica Neoliberal descaracteriza e fragmenta os serviços públicos.

Em paralelo, as práticas antirracistas propostas no Caderno não são pontuais, mas práticas desenvolvidas ao longo do tempo, visando, também, a construção de uma coletividade e o fortalecimento comunitário. Daí a importância da permanência dos trabalhadores em um mesmo território, em um mesmo serviço.

A respeito do fato da maioria dos trabalhadores ter formação em Psicologia, recorreremos às Referências Técnicas do Conselho Federal de Psicologia para atuação de psicólogas/os sobre relações raciais (CFP, 2017) para pontuar que a Psicologia brasileira historicamente posicionou-se como cúmplice do racismo, “tendo produzido



conhecimento que o legitimasse, validando cientificamente estereótipos infundados por meio de teorias eurocêntricas discriminatórias” (*ibid.*, p. 75). Além disso, o Censo da Psicologia (CFP, 2022) aponta que a Psicologia é uma área em que predominam os brancos, que compõem mais de 60% dos profissionais atuantes. Há um exercício específico a ser empreendido na Psicologia de romper com o pacto da branquitude (Bento, 2022) e queremos apostar que a Atenção Psicossocial pode ser um terreno propício para tal, considerando seu caráter coletivo que encontra no diálogo um de seus pilares.

Pelo que observamos nas Oficinas, as práticas antirracistas e a discussão sobre questões raciais são mobilizadas e protagonizadas por trabalhadoras negras, o que nos leva a questionar se os(as) trabalhadores(as) brancos(as) tem perpetuado o silêncio a respeito do racismo. Em consonância, os CAPS que participaram do Censo Psicossocial sinalizaram que não temos informação sobre a raça/cor de quase a metade da população usuária da RAPS do estado do Rio de Janeiro (Passos *et al.*, 2026), um dado preocupante que demonstra o desconhecimento a respeito da população usuária e/ou a falta do preenchimento do quesito raça/cor no prontuário das pessoas atendidas.

No Caderno apresentamos um passo-a-passo para o preenchimento do quesito raça/cor, orientações para a notificação de situações de racismo no Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (SINAN) e sugestões para a implementação de uma Educação Permanente antirracista, dentre outras estratégias. Estas são pistas para que as equipes de saúde mental possam recusar o lugar de “não-dito” do racismo e passar a dizer daquilo que experimentam das questões raciais, cultivando coletivamente o debate qualificado sobre os



imbricamentos entre as questões raciais e o adoecimento psicossocial. No entanto, esse não pode ser um exercício burocrático. São passos que possibilitam vislumbrar o encantamento no cotidiano de trabalho, nos irrigando de possibilidade de liberdade, como propõem Simas e Rufino (2020).

É importante destacar também que a experiência de construção do Caderno de Práticas se configura como um desdobramento da pesquisa do Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro, fruto da parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (SES), representada por meio da Superintendência de Atenção Psicossocial e populações em situação de Vulnerabilidade (SAPV). Assim, a elaboração deste material didático dialoga diretamente com a Nota Técnica aprovada pela Deliberação CIB-RJ número 10.556 de 13 de novembro de 2025, através da qual se “Estabelece diretrizes para a operacionalização de estratégias antirracistas no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial do Estado do Rio de Janeiro” (Rio de Janeiro, 2025).

A nota técnica considera a transversalização da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) no Sistema Único de Saúde e na Rede de Atenção Psicossocial, afirma o compromisso do Ministério da Saúde em romper o ciclo de desigualdades, garantido a prestação do cuidado de forma equitativa e qualificando profissionais para reconhecer e combater o racismo. Nesse caminho, reitera-se a importância do trabalho realizado pela equipe do Projeto de Pesquisa e Extensão “Luta antimanicomial e Feminismos” da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que através do Censo Psicossocial promoveu espaços de qualificação da Rede de Atenção Psicossocial e realizou a primeira coleta de dados sobre o perfil dos



usuários da RAPS do Estado do Rio de Janeiro. Dentre as deliberações, enfatizamos as que de maneira central dialogam com a proposta do Caderno de Práticas Antirracistas, portanto, destacam-se:

Art. 4 - “Fomentar a abordagem clínica sem viés racista e promover ações antirracistas na Rede de Atenção Psicossocial do Estado do Rio de Janeiro”; **1º** - “Incorporar o debate antirracista nas ações de Educação Permanente em Saúde, qualificando profissionais para a identificação e combate ao racismo institucional”; **2º** - “Incluir as relações étnico-raciais e o combate às discriminações nas estratégias e práticas de cuidado em saúde mental, sendo uma temática transversal aos atendimentos individuais e espaços coletivos como supervisão de equipe, assembleias, grupos e oficinas”; **3º** - “Incentivar a criação de comitês antirracistas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), promovendo debates sobre raça e preservação à memória da população negra e indígena na formação do território”; **4º** - “Fomentar o debate do impacto do racismo como orientador do cuidado em saúde mental em espaços organizativos do território, como Fóruns, Conselhos de Saúde e Colegiados Gestores, assim como junto a outros atores da rede intersetorial.

A vista disso, o Caderno de Práticas Antirracista na Atenção Psicossocial possui linguagem acessível e diálogos com experiências reais já existentes na RAPS, é dividido em dois eixos estruturantes, a saber: “Práticas de cuidado antirracista na saúde mental” e “Racializando a realidade: Ação antirracista permanente”. O primeiro; subdivide-se nos seguintes tópicos: “Hortas comunitárias”; “Grupos com mulheres negras na RAPS”; “Grupos de produção artística afro-referenciada” e “Tecnologias das ruas”, já o segundo; propõe uma reflexão voltada às relações de poder reproduzidas a partir das hierarquias raciais existente dentro dos serviços, entre a equipe e nas estratégias de cuidado, levantando o seguinte questionamento: “E o que isso tem a ver com a saúde mental?”.

A partir dessa organização, os conteúdos discutidos e refletidos no Caderno tem a intenção de oferecer ao leitor, trabalhador da saúde mental, possibilidades



criativas de mobilização prática no cuidado ofertado à população negra. Ações essas já realizadas por profissionais da RAPS e testemunhadas no Caderno, que possibilitam compreender as práticas antirracistas como parte do trabalho, sem grandes dificuldades de criação e execução, a partir do compartilhamento coletivo do trabalho afro-referenciado.

Este material oferece a possibilidade de rotas de fuga do cotidiano de trabalho enrijecido nos serviços da RAPS e da realidade cruel que assola a população negra usuária, da zona de quase morte (Solaterrar, 2024) e da falta de tecnologias de cuidado que proporcionem pertencimento e leveza em contraponto ao adoecimento psíquico grave e ao extermínio produzido pelo racismo (Passos, 2025). Colocamos em evidência a necessidade de apreender a ancestralidade e dialética presentes no fazer da vida das pessoas negras, que perpetuam na coletividade comunitária formas de cuidado em saúde.

Essas práticas são parte da resistência criativa que insiste em prevalecer no cotidiano dos territórios e nas experiências de pessoas negras. Tratam-se de práticas criadas, produzidas e reproduzidas nos espaços de cuidado em saúde mental entre profissionais, usuários e familiares na aposta coletiva de ser e estar no mundo a partir de um cuidado ancestral - um elemento indispensável na construção de uma Reforma Psiquiátrica radicalmente antirracista.

Em face de um contexto social e econômico marcado pela precarização das relações de trabalho, desmobilização política e desmonte das Políticas Sociais em geral, o material elaborado se situa como um ponto de conexão entre os princípios fundamentais da Política de Saúde Mental, como por exemplo, o cuidado em liberdade, ao mesmo tempo em que afirma a necessidade de ampliação da clínica da



Atenção Psicossocial a partir de referências que incluem os marcadores sociais. Esse movimento de resgate e apontamento para novas práticas, considera a importância de que sejam asseguradas as condições necessárias para que os profissionais possam efetivamente realizar suas atribuições.

Diante do exposto, o Caderno inspira um desnorreamento a partir do aquilombamento e do encantamento para o campo da saúde mental, propõe uma lógica estética, ética, clínica e poética ao cuidado psicossocial, coloca em tela os esforços coletivos em desenvolver tecnologias que “operem contra as novas formas de patologização da loucura, contra o extermínio da juventude negra de favela e contra os manicômios contemporâneos” (Passos; Campos, 2025, p. 9). Ademais, o potencial formativo deste material didático visa a qualificação permanente da Rede de Atenção Psicossocial direcionando-a ao horizonte radicalizante da Reforma Psiquiátrica brasileira que têm sido alvo de recorrentes desmontes e esvaziamento político de sua proposta original, o que, por sua vez, demanda a construção coletiva de estratégias de organização e fortalecimento em rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O legado dos povos africanos e tradicionais converge em um conjunto de práticas, saberes e tecnologias que demonstram a circularidade dessas resistências de forma milenar nos modos de organização da população afro-brasileira e indígena. Seja em seus territórios de origem ou na diáspora, diferentes grupos étnicos desenvolveram estratégias de bem-viver e liberdade, expressão disso são os quilombos no Brasil e sua continuidade histórica em diferentes espaços-tempo. Essas referências influenciam na língua, nos afetos, na dança, no ritmo, na roda e na ginga,



demonstrando o potencial coletivo e insurgente diante de diferentes contextos de destruição física e psíquica pelo qual essas populações são submetidas.

Na esteira dessa análise, o resgate epistêmico e ancestral através da metodologia Sankofa e da pedagogia do encantamento permitem que tais referências sejam preservadas e incorporadas como dimensões centrais na construção das lutas sociais contemporâneas, além disso, favorecem o enegrecimento do referencial formativo das disciplinas e cursos acadêmicos. Como consequência sua absorção no campo da prática profissional torna-se indispensável, sobretudo, porque o resgate desse referencial encontra-se alinhado às lutas históricas dos movimentos sociais, como por exemplo, os movimentos negros, feminismos negros, e os movimentos antimanicomial e antiproibicionista.

Como indica a metodologia sankofa, é preciso resgatar o que ficou perdido e retomar ao projeto de liberdade e emancipação construído pelos movimentos negros, feministas, LGBTQIA+ e populares para elaborar coletivamente rotas de fuga em face dos desencantos. Não sem razão de ser, o campo da saúde mental têm sido disputado pela perspectiva crítica, interseccional e antimanicolonial, tanto na formação como na prática realizada na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com intuito de trazer os marcadores sociais da diferença como elementos centrais no cuidado dos sujeitos e, portanto, dimensões fundamentais a serem aprofundadas na qualificação das equipes multiprofissionais.

Através da pesquisa do Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do estado do Rio de Janeiro (UFRJ/SES) identificou-se um terreno fértil para a elaboração de práticas exitosas e antirracistas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e nos territórios, as quais favorecem a compreensão sobre a importância do



preenchimento do quesito raça-cor e sua inclusão nas fichas de acolhimento, o enfrentamento das barreiras de acesso provocadas pelo racismo institucional, o impacto do racismo, da pobreza, da violência policial, de gênero e dos processos discriminatórios nas subjetividades negras e a necessidade de um diálogo horizontal com a realidade dos usuários atendidos, considerando: perfil étnico-racial, identidade de gênero, sexualidade, idade, deficiência, território, renda etc.

Neste ínterim, o Caderno de Práticas Antirracista na Atenção Psicossocial configura-se como uma das materializações exitosas elaboradas a partir da experiência das “Oficinas de sensibilização sobre os marcadores sociais da diferença” no estado do Rio de Janeiro, propõe uma articulação central do cuidado antirracista com a formação continuada das equipes, bem como, com os elementos da arte e da cultura, com os itinerários dos usuários e com a memória de seus territórios. Demonstra, portanto, seu viés educativo, criativo, político e antimanicomial à medida em que propõe lógicas de cuidado que “enganam a morte com a própria vida”.

REFERÊNCIAS

ANSELMO, Maria Clara. **Unindo cultura e saúde mental, CAPS promove baile charme na Zona Oeste da cidade**. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2025. Disponível em: <<https://www.tupi.fm/rio/caps-promove-baile-charme/>>. Acesso em: 30 de abril de 2026.

BENEDITO, Sophia Rosa. **Sankofiando os vestígios do Movimento Negro na RSB: um olhar amefricano em busca do que ficou esquecido**. Dissertação



(Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. 2023

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BISPO DOS SANTOS, Antonio. **Confluências: o modo quilombola de vida, e a sociedade do século XXI - Antonio Bispo**. Youtube, 16 de dezembro de 2019. 21min08s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CQoJOiHyaTY>>. Acesso em: 30 de abril de 2026.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais**: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os. Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Quem faz a psicologia brasileira?**: um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho: volume I [recurso eletrônico]. Brasília: CFP, 2022.

DAVID, Emiliano de Camargo; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves; SCHUCMAN, Lia Vainer. Desnortear, aquilombar e o antimanicolonial: três ideias-força para radicalizar a Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, p. e04432023, 2024.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: **Por um feminismo afro latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.



LOPES, Ana Paula Epiphany *et al.* **Marcadores sociais, violência e saúde mental: reflexões a partir de oficinas com trabalhadores da RAPS no Rio de Janeiro.** In.: Passos, Rachel Gouveia. Saúde mental, atenção psicossocial e interseccionalidades - a experiência antirracista do censo psicossocial. São Paulo: Hucitec, 2025.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo.** Fundação Cultural Palmares, OR Editora, Brasília, 2ª edição, 2002.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e a história comunitária - um estudo de caso. Rio de Janeiro, **Estudos Afro-Asiáticos** 6-7, pp. 259-265.

PASSOS, R. G.. Por um encantamento da Reforma Psiquiátrica brasileira: antirracismo, quilombamento e a clínica da delicadeza. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 23, p. e03364299, 2025.

PASSOS, R. G.; CAMPOS, D. de S. (orgs.). **Caderno de práticas antirracistas na Rede de Atenção Psicossocial.** Rio de Janeiro: UFRJ, CFCH. Escola de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. 2025.

PASSOS, Rachel Gouveia *et al* (org.). **Censo psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro: relatório técnico da pesquisa.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2026. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/29154>>. Acesso em: 17 jun. 2026.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás.** Companhia das Letras, 2020.



RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Saúde. Comissão Intergestores Bipartite. **Deliberação CIB-RJ nº 10.556 de 13 de novembro de 2025.** Estabelece diretrizes para a operacionalização de estratégias antirracistas no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial do Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 19 de nov. 2025, n. 214, p. 48. Disponível em <<http://www.cib.rj.gov.br/deliberacoes-cib/980-2025/novembro/12460-deliberacao-cib-rj-n-10-556-13-de-novembro-de-2025.html>> Acesso em 25 de abr. de 2026.

SANTOS, Thamires; PASSOS, Rachel. **Amefricanizando os feminismos:** a perspectiva teórico-prática de Lélia Gonzalez. Revista Reorient, pp. 1-17, 2025.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Encantamento:** sobre política de vida. Mórula editorial, 2020.

SOARES, Raimunda. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2020, p. 53-67.

SOLATERRAR, Ueslei. **(Sobre)viver na zona de quase-morte: o (des)fazer do cuidado em saúde mental a pessoas negras no cotidiano pandêmico da Baixada Fluminense.** Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. 2024.

Submetido em: 29 de abril de 2026.

Aceito em: 26 de junho de 2026.